

Universidade e Sociedade: uma Nova Cidadania

Área Temática de Gestão da Extensão

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões acerca de dois projetos de intervenção sócio-comunitária – Projetos Vida e Cirineu – desenvolvidos por professores da PUC Minas, em áreas ocupadas por populações excluídas econômica e socialmente. Pretende-se, com isso, analisar a importância da extensão como atividade inerente e indispensável à vida acadêmica e à produção do conhecimento científico socialmente responsável. Os projetos, de natureza extensionista às atividades desenvolvidas em sala de aula, pretendem, a partir de implementação de ações integradas de geração de trabalho e renda, formação ética e cidadã, propiciar a melhoria da qualidade de vida dessas populações e possibilitar um enraizamento espaço temporal da Universidade com as comunidades nas quais se inserem. Neste último aspecto, o sentido é proceder, de forma humanista e socialmente responsável, a interseção entre ensino, pesquisa e extensão como componente substancial à formação do aluno e à produção acadêmica.

Autoras

Dilma da Silva (Mestre em Teologia)

Heloísa Maria Mello Manso (Mestre em Sociologia)

Antônia Maria da Rocha Montenegro (Mestre em Sociologia)

Instituição

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas

Palavras-chave: universidade; inserção; comunidade

Introdução e objetivo

O propósito que orienta esta discussão é o de refletir sobre a importância da atividade de extensão como elemento de inserção da Universidade nas comunidades, na formação crítico-responsável do alunado e da interação com as atividades de ensino e pesquisa. Parte-se, aqui, do pressuposto que as atividades extensionistas configuram-se como elo que incorpora e congrega ao aprendizado em sala de aula e ao olhar observador e metódico do pesquisador a prática intervencionista qualificada e qualificadora. Essa reflexão se dará por meio da análise de dois projetos implementados pela PUC Minas, em áreas periféricas da região metropolitana de Belo Horizonte.

Constituídos a partir de debates realizados com alunos de graduação dos Cursos de História, Serviços Social, Direito e Administração – posteriormente alunos de outros cursos forame estão sendo incorporados - os projetos Vida e Cirineu surgem da compreensão de que o processo de produção acadêmico-científico deve não só estar vinculado à realidade social como também estar comprometido com os destinos das populações que se constituem como sujeito/objeto de estudo, propiciadores de mútuo aprendizado.

Sendo assim, os projetos surgem com vistas a incentivar e apoiar iniciativas de geração de trabalho e renda e a formação ético-cidadã de populações excluídas. O público alvo das ações é moradores de duas áreas periféricas de Contagem – município contíguo e conurbado à capital Belo Horizonte, cujos indicadores de violência e exclusão social colocam-no em destaque em toda a região metropolitana. O projeto Vida é desenvolvido na Vila

Beatriz, Bairro Boa Vista e arredores. O Cirineu abrange a região de Nova Contagem, um conglomerado de conjuntos habitacionais, construídos pelo poder público para abrigar populações oriundas de extintos aglomerados urbanos, bairros de populações pobres e vilas de ocupação irregular.

Levantamentos realizados por equipes de alunos, sob a supervisão das professoras responsáveis pelos projetos e pelo Instituto de Pesquisa Lúmen (1999), reafirmaram o quadro de acentuada carência social perceptível nas observações cotidianas da comunidade.

A região da Vila Beatriz e adjacências é habitada por populações com renda média familiar mensal em torno de ½ salário mínimo, sendo composta por cerca de 6 membros. Segundo critérios definidos pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA, 2002), esses indivíduos encontram-se abaixo da linha de pobreza. Já as populações de Nova Contagem e seu entorno, apresentam perfil demográfico e sócio-econômico mais heterogêneo, embora também se constituem como populações pobres e excluídas dadas às condições precárias de vida, saúde, saneamento etc... Neste caso, a renda média familiar varia, de 0 a 2 salários mínimos, para domicílios com presença de cerca de 04 moradores. As regiões compartilham de situações de índices expressivos de analfabetismo, baixa escolaridade, condições habitacionais desumanas, presença contínua e desafiadora do tráfico de drogas, fome, prostituição infantil, etc.. Esse quadro, de desalento e miséria, impinge às famílias a situações graves de violência e risco social. O desemprego, a ociosidade, a violência e todo esse quadro de miséria humana, dificulta o desenvolvimento da consciência cidadã, princípio básico à formação humana do homem contemporâneo.

Esse diagnóstico apontou para a necessidade de realização de ações integradoras que permitissem não só a auto-sustentação das famílias como também a sua inserção cidadã. Assim, a reflexão e prática se concentraram na formação conjunta de um modelo associativista, solidário e popular que possibilitasse a geração de renda e o desenvolvimento de uma consciência cidadã e de valores centrados na solidariedade entre os indivíduos.

Percebe-se, assim, que essa nova perspectiva não ocorre sem uma reorientação dos modos de produzir, que geram exclusão. Por isso, além da aprendizagem voltada para o trabalho e obtenção de renda, considera-se relevante o resgate da própria história e identidade dessas populações, visando à conformação integral do ser humano a partir das dimensões: culturais, desenvolvidas por meio de oficinas de teatro, música, literatura, dança e outras manifestações artísticas detectadas na população; profissionais, que se iniciam com cursos de alfabetização, aulas de reforço e acompanhamento psico-pedagógico para crianças com dificuldades de aprendizagem e cursos de informática; formação cidadã, assentada na orientação humanitária acerca de direitos, deveres e noções de saúde e higiene; afetivo-psicológico, com ênfase nos elementos que estruturam a personalidade individual como auto estima, identidade, relacionamentos afetivos e familiares, etc.; por fim, a dimensão da sobrevivência física, com a distribuição ocasional de alimentos, em face da necessidade de se garantir o básico, nem sempre presente no dia a dia dessas famílias.

Metodologia

A orientação metodológica enseja uma abordagem que se origina da compreensão da realidade e avança no sentido de ampliar os conhecimentos para, concomitantemente ao conhecimento da realidade, intervir nela de forma a potencializar vocações, habilidades e recursos humanos e sociais, muitas vezes anulados pelo processo de exclusão.

Tornar-se sujeito, em contraposição a postura de enxergar os agentes sociais como objetos, essa é a linha que norteia o trabalho em questão. Sob essa ótica, as ações que se pretendem inclusivas e participativas, tanto do ponto de vista econômico como sócio-político, incorporam a noção de que os sujeitos sociais são os agentes de seu próprio desenvolvimento e história, o que implica na construção de um projeto que os tenham mais do que partícipes,

mas como condutores de suas vidas. O respeito á autonomia dos indivíduos é constitutivo da metodologia de intervenção.

Nessa mesma direção, tem-se claro que o processo de aprendizagem e construção do conhecimento acadêmico se conduz sobre essa mesma diretriz. Só é capaz de produzir conhecimento o sujeito autônomo, crítico da realidade, e que dela se apropria tanto para desvela-la quanto para, por consequência, propor transformações. No caso das atividades extensionistas, esse é o procedimento por excelência. Dessa forma, ambos os atores dessas empreitadas – alunos, professores e populações carentes – se encontram no ponto comum de agentes sociais transformadores, que intercambiam conhecimentos e aprendizagens. Assim, ambos se completam posto que, de um lado, se tem o contato com a realidade e a possibilidade de sua compreensão pelos processos acadêmicos e pela consequente intervenção metódica e, por outro lado, a população tem suas potencialidades afloradas por esse diálogo mútuo e profícuo que a prática da intervenção propicia.

O trabalho se desenvolveu tendo por base um diagnóstico, no primeiro momento, apenas na observação qualitativa, por via dos contatos iniciais com as populações e a posteriori, em levantamentos quantitativos mais metódicos e sistemáticos. As ações foram construídas em face das demandas detectadas tanto nos encontros freqüentes, e com periodicidade definidas, com as comunidades quanto no momento da coleta de dados para o levantamento sistemático. Esses encontros levaram a implantação de oficinas diversas, realização de cursos profissionais e de formação cidadã, inclusive com ênfase em participação em conselhos e instituições afins, além de atividades recreativas abertas à população, reuniões variadas, assistência jurídica, social, fisioterápica, acompanhamento psicológico etc, que resultaram num estreitamento de laços entre a Universidade e a população local.

Tanto as oficinas quanto as atividades de acompanhamento escolar, profissionalização, encontros sobre saúde, valores e formação cidadã, são desenvolvidas com bases em modelos participativos que envolvem, desde a própria construção dos programas até nas metodologias de aplicação e avaliação dos conteúdos, a participação de todos os atores envolvidos. Essa postura possibilita intercambiar experiências e aprimorar os mecanismos de intervenção social, ampliando o seu alcance e tornando as ações mais eficazes posto que compartilhadas, desde seu início, com a população local.

Em síntese, a metodologia que dá sustentação a esses projetos se assenta numa perspectiva de processo em permanente construção.

Universidade e compromisso social

Antes de se configurar como uma atividade meramente utilitária de uma suposta interseção entre teoria e prática, a extensão é um caminho indispensável à imersão das Universidades no meio social. É por meio dela que se promove uma postura acadêmica que extrapola a formação profissional do aluno, dotando-o de uma visão mais ampla do processo de conhecimento, de uma consciência acerca das realidades vivenciadas por diferentes populações, contribuindo sobremaneira para a compreensão do seu papel social.

Partindo dessa realidade, a educação assume uma feição singular. Sua função não é somente formar profissionais tecnicamente qualificados, mas transformar os indivíduos de forma que eles possam se ver como co-responsáveis pelos destinos humanos, desenvolvendo uma percepção humanística e eticamente responsável do conhecimento acadêmico-científico. A lida com populações excluídas traz elementos substanciais para essa formação ampliada do aluno universitário, uma vez que, ali se experimentam em toda a sua crueza, as mazelas e contradições de um mundo que convive com a abundância e a escassez, simultaneamente.

É na percepção dos grandes problemas sociais e na abertura ao diálogo com a sociedade que a educação cumprirá sua missão de construtora de identidades e cidadania, e que virá a se constituir como uma propagadora de cultura e valores que humanizam e

aproximam os diferentes grupos sociais. É a isso que propõe Leonardo Boff quando afirma que

As Universidades são urgidas a assumir este desafio; as várias faculdades, institutos e programas buscarão um enraizamento orgânico nas periferias, nas bases populares e nos setores ligados diretamente à produção dos meios de vida. Aqui pode estabelecer-se uma fecunda troca de saberes, entre o saber popular e o saber acadêmico, pode elaborar-se a definição de novas temáticas teóricas nascidas do confronto com a anti-realidade popular e valorizar a riqueza incomensurável de nosso povo de encontrar, sozinho, saídas para seus problemas (BOFF, 2000, pp 79-81).

Instituição privada de caráter comunitária e confessional, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais professa, em sua missão, a indissociabilidade ente ensino, pesquisa e extensão, priorizando a formação profissional orientada pela ética cristã e por padrões de qualidade destinados a atender, com competência e dignidade, as pessoas excluídas dos benefícios da sociedade e a contribuir para a formação humanista calcada na realidade (DOCUMENTO BASE..., 2003, p. 06)

Atendendo aos ditames de sua missão e em consonância com as orientações estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – A PUC Minas – em documento base para discussão interna – propõe que a extensão seja entendida como um processo de formação acadêmica que se realiza por meio de uma prática dialógica entre universidade e sociedade, em interação constitutiva e permanente com ensino e pesquisa, de forma a contribuir tanto para a transformação da sociedade em geral como na educação crítica, ética e cidadã de seu alunado. Essa orientação reforça a compreensão de que a mesma é “...um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino, e a pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre a universidade e os segmentos da sociedade, trazendo para a Universidade a pergunta sobre a relevância da produção e socialização do conhecimento...” (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, citado por DOCUMENTO BASE..., 2003, p. 07).

Essas diretrizes, acopladas a uma crença individual de que a atividade do profissional da educação encontra-se imbricada à vida social – uma vez que é a educação, em seu sentido mais amplo, o mecanismo de formação não só das personalidades individuais como principalmente das personalidades coletivas – levou a busca de construção, junto aos alunos da Universidade, de projetos de intervenção que minimizassem o quadro de exclusão social das populações circunvizinhas à Instituição.

As discussões, que se iniciaram em sala de aula, foram levadas à comunidade e, desde então, tomam corpo e explicitaram-se os objetivos. As ações vão se moldando às necessidades da população e seu modus operandi respeitando as particularidades de cada comunidade e dos indivíduos que as compõem.

Se a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito não objeto, só poderá desenvolvê-la na medida em que, refletindo sobre suas condições espaço-temporais, introduz-se nelas, de maneira crítica. Quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais emergirá o consciente carregado de compromisso com sua realidade, da qual, porque é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais (FREIRE, 1994, p. 61)

Os debates realizados em sala de aula, no bojo das temáticas propostas pelo programa da disciplina – Cultura Religiosa - despertaram com maior vigor o interesse de parte significativa dos alunos que, entendendo o alcance dos projetos, se embrenharam, de forma voluntária, mas nem por isso descomprometida, com os trabalhos juntos à comunidade. O debate foi se propagando, despertando o interesse de alunos de vários cursos e de professores de outras disciplinas que passaram a atuar nas oficinas, em palestras, em orientações jurídicas, cursos de artesanato, de gestão, etc...

Essa experiência demonstrou que um dos ideais a ser perseguido na prática educacional diária é justamente despertar a consciência crítica dos agentes acerca da realidade social que o circundam, de seu papel como sujeitos autônomos, produtores de conhecimento e agentes da transformação, comprometidos com os problemas das populações desassistidas. Porque, antes de ser um profissional, somos seres humanos que só se podem realizar-se como indivíduos quando em sociedade.

A partir de então, será possível estabelecer uma conexão profunda entre investigação, ensino, e extensão, propiciando a produção e socialização do conhecimento científico calcado em valores humanitários. Pois “O que faz o homem produzir ciência e tecnologia são os desafios históricos que ocorrem nos diferentes espaços. Sem o contato e a aptidão da leitura da realidade social, não é possível dar direção à pesquisa, além do que a pesquisa só chega à sociedade como elemento de solução de seus problemas. O ciclo se completa com o direcionamento para a sociedade de profissionais instrumentalizados para solucionar os problemas por ela apontados.” (DIRETRIZES PARA, 2004, pp. 26-27)

Resultados e discussões

Os resultados obtidos junto às comunidades-alvo, reiteram a importância da participação da Universidade em trabalhos dessa natureza enfatizam o papel da extensão como elemento integrador do conhecimento em suas diferentes dimensões – ensino e pesquisa – e disseminadora de valores humanitários.

No que concerne às atividades de geração de renda e trabalho, os cursos de capacitação para produção artesanal estão resultando na criação de grupos que se voltam para a produção e comercialização de bens, o que tem gerado complementação de renda para cerca de 30 famílias. Esse processo se desenvolve com uma preocupação em dotar esses grupos de capacidade produtiva, gerencial e de comercialização dos produtos, uma vez que os mesmos serão vendidos no mercado competitivo. Essa qualificação gerencial tem se ampliado e um grupo já estão sendo qualificado para exportar seus produtos. Parte dos bens estão sendo comercializados na Espanha, indicando um caminho promissor para a geração de renda e sustentabilidade das famílias envolvidas. Pretende-se, com isso, quebrar o ciclo vicioso de desemprego, miséria e violência que acomete com mais virulência essas famílias.

Concomitantemente a isso, observa-se o despertar da consciência participativa e solidária entre os indivíduos, com a disseminação de valores da cooperação e convivência em grupo. O valor da vida vai sendo resgatado por meio do trabalho partilhado e da construção de uma cidadania solidária. A percepção ética da responsabilidade de cada indivíduo com o seu próximo reafirma os valores humanitários e possibilita uma interação mais profícua para todos os agentes envolvidos, quer seja a população assistida quer sejam os alunos e professores universitários. A troca de saberes e a reflexão que ensejam essa atuação resultam em novas formas de sociabilidade entre os participantes, contribuindo a cada qual de maneira específica, para a formação integral do sujeito como ser humano.

Outro aspecto relevante a se considerar está associado aos processos educativos que acompanham a implantação das diferentes atividades. As diferenças nas habilidades e nos processos de aprendizagem servem como motivação para reflexão da própria prática educacional em sala de aula e da necessidade de se respeitar a individualidade de cada sujeito. A metodologia que orienta as ações se assenta na percepção da diversidade do processo de aprendizagem, que decorre das especificidades da história de cada um e, nesse aspecto, tem havido um cuidado para que essas diferenças não sejam vistas como elementos segregadores que só viriam a contribuir para minar a já combatida auto-estima de todos os envolvidos. Assim, dissemina-se uma perspectiva de que as diversidades devem ser respeitadas e que a realidade não é algo que se posta por si só, estando associada às próprias representações que os sujeitos dela fazem e, que, portanto, isso deve ser levado em conta na construção do saber

acadêmico. Nesse momento, reafirmam-se as convicções de que o saber descolado das realidades vivenciadas torna-se inócuo e vazio de sentido, posto que não condizente com as múltiplas formas de ser homem.

Por fim, ressalte-se a natureza coletiva e partilhada do trabalho, que vem gerar reflexões acadêmicas substantivas para a formação do corpo discente da Universidade. Dessa feita, vale registrar os desdobramentos desses trabalhos que têm resultado em monografias de final de curso, projetos de iniciação científica e de captação de recursos a entidades nacionais e internacionais e a perspectiva de sistematização empírica e conceitual dessas experiências. Em conformidade com as diretrizes propostas para a extensão, a implementação dos Projetos Vida e Cirineu vem se conformando como experiências que conjugam a formação profissional e acadêmica do aluno, sua inserção na realidade social e, fundamentalmente na conformação de novos sujeitos éticos e socialmente responsável, disseminador de valores humanitários.

A presença da Universidade junto a essas populações configura-se como um desafio permanente posto que envolve a construção de espaços múltiplos de cidadania, tanto para seus agentes internos quanto para os externos, alvo de sua ação.

Conclusões

Uma nova cidadania.

Colocar em prática ações de intervenção em comunidades excluídas envolve limites dados tanto pelas especificidades de cada região - níveis de miserabilidade, violência, etc... – quanto pela diversificação e abrangência dos grupos. Por outro lado, as dificuldades decorrem também dos próprios limites de atuação da Universidade na resolução dos problemas que afligem essas comunidades. Tem-se claro que a reversão do quadro social de exclusão deve estar associada ao desenvolvimento de políticas públicas mais abrangentes que impliquem em reduzir o desemprego, a violência e os riscos sociais a que estão submetidos esses indivíduos. Não obstante, a Universidade não pode furtar-se a cumprir o seu papel junto á sociedade. De um lado, cabe a ela, no processo de produção do conhecimento acadêmico, inserir-se no meio social já que é dele que vem o substrato para a compreensão dos fenômenos físicos e sociais, e por outro lado, socializar esse conhecimento retorna-o para a sociedade com soluções e reflexões que se originam do próprio processo de produção do conhecimento.

Sendo assim, a Universidade só se sustenta como lócus do conhecimento quando o mesmo se fizer parte constitutiva e constituinte da vida social. Por decorrência, a formação humanitária e cidadã de seus profissionais encontra-se intrinsecamente ligada à formação acadêmico-científico dos mesmos.

Os projetos Vida e Cirineu têm nos mostrado que é possível conciliar à visão humanista e solidária à produção do conhecimento científico racional e metódico, ao possibilitar não só o resgate da identidade e dos valores comunitários e propiciar a melhoria da qualidade de vida de cidadãos excluídos, como também a troca de saberes entre o ambiente universitário e as comunidades carentes, gerando benefícios mútuos para todos. Uma nova consciência pode estar sendo construída a partir dessas experiências, e um novo sujeito cidadão que se constrói na reflexão crítica da realidade e na prática participativa que a transforma cotidianamente e, num círculo, desta feita, virtuoso, se complementa e se retroalimenta.

Referências bibliográficas

BOFF, Leonardo. Depois de 500 anos - que Brasil queremos?. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

DIRETRIZES PARA A GRADUAÇÃO DA PUC MINAS. Pró-reitoria de Graduação. Belo Horizonte, PUC Minas. Mar 2004.

DOCUMENTO BASE PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS. Pró-reitoria de Extensão. Belo Horizonte, PUC Minas, nov. 2003. 14 p.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

GUY, Debord. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

NOVA CONTAGEM. Lúmen Instituto de Pesquisa. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 1999. Editoração eletrônica.

SOUZA, Pagnoncelli Ronald e EISENSTEIN, Evelyn . Situações de risco à saúde de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro : Vozes, 1987.